



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça

Eduardo Barreto d'Avila Fontes

Corregedora-Geral

Maria Conceicao de Figueiredo Rolemberg

Coordenadora-Geral

Ana Christina Souza Brandi

Ouvidor

Carlos Augusto Alcântara Machado

Colégio de Procuradores de Justiça

Eduardo Barreto d'Avila Fontes (Presidente)

Moacyr Soares da Mota

José Carlos de Oliveira Filho

Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça

Rodomarques Nascimento

Luiz Valter Ribeiro Rosário

Josenias França do Nascimento

Ana Christina Souza Brandi

Celso Luís Dória Leó

Maria Conceição de Figueiredo Rolemberg

Carlos Augusto Alcântara Machado

Ernesto Anízio Azevedo Melo

Jorge Murilo Seixas de Santana (Secretário)

Paulo Lima de Santana (Suplente do Secretário)

Conselho Superior do Ministério Público

Eduardo Barreto d'Avila Fontes (Presidente)

Procurador-Geral de Justiça

Maria Conceicao de Figueiredo Rolemberg

Corregedora-Geral

Membros

Josenias França do Nascimento

Luiz Valter Ribeiro Rosário

Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça

Maria Helena Moreira Sanches Lisboa

Secretária

Secretária-Geral do MPSE

Maria Helena Moreira Sanches Lisboa

Assessor-Chefe do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

Arnaldo Figueiredo Sobral

Escola Superior do Ministério Público de Sergipe

Diretor-Geral: Newton Silveira Dias Junior

Coordenador de Ensino: Sandro Luiz da Costa

SEQUÊNCIA DOS ÓRGÃOS / PUBLICAÇÕES

1. Procuradoria Geral de Justiça
2. Colégio de Procuradores de Justiça
3. Conselho Superior do Ministério Público
4. Corregedoria Geral do Ministério Público
5. Coordenadoria Geral do Ministério Público
6. Ouvidoria do Ministério Público
7. Procuradorias de Justiça
8. Promotorias de Justiça
9. Centro de Apoio Operacionais
10. Escola Superior do Ministério Público
11. Secretaria Geral do Ministério Público/Diretorias



1. PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

(Não houve atos para publicação)

2. COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

(Não houve atos para publicação)

3. CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Edital de Promoção e Remoção

EDITAL nº 06/2019

O Conselho Superior do Ministério Público, na forma do que dispõe o artigo 67, caput, da Lei Complementar nº 02/90 e, em conformidade com os ditames da Resolução nº 04/2011 - CSMP, de 18 de outubro de 2011, faz saber que se acham abertas as inscrições, pelo prazo de 05 (cinco) dias, para preenchimento, por REMOÇÃO, pelo critério de MERECIMENTO, da vaga alusiva ao Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria Militar de Aracaju, de Entrância Final.

Aracaju, 07 de Fevereiro de 2019.

Maria Helena Moreira Sanches Lisboa

Secretária do CSMP

Edital de Promoção e Remoção

EDITAL nº 07/2019

O Conselho Superior do Ministério Público, na forma do que dispõe o artigo 67, caput, da Lei Complementar nº 02/90, faz saber que se acham abertas as inscrições, pelo prazo de 05 (cinco) dias, para preenchimento, por REMOÇÃO, pelo critério de ANTIGUIDADE, da vaga alusiva ao Cargo de Promotor de Justiça da 1ª Promotoria de Lagarto, de Entrância Final.

Aracaju, 07 de Fevereiro de 2019.

Maria Helena Moreira Sanches Lisboa

Secretária do CSMP

Edital de Promoção e Remoção



EDITAL nº 05/2019

O Conselho Superior do Ministério Público, na forma do que dispõe o artigo 67, caput, da Lei Complementar nº 02/90, faz saber que se acham abertas as inscrições, pelo prazo de 05 (cinco) dias, para preenchimento, por REMOÇÃO, pelo critério de ANTIGUIDADE, da vaga alusiva ao Cargo de Promotor de Justiça da 6ª Promotoria Criminal de Aracaju, de Entrância Final.

Aracaju, 07 de Fevereiro de 2019.

Maria Helena Moreira Sanches Lisboa

Secretária do CSMP

4. CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

(Não houve atos para publicação)

5. COORDENADORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

(Não houve atos para publicação)

6. OUVIDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

(Não houve atos para publicação)

7. PROCURADORIAS DE JUSTIÇA

(Não houve atos para publicação)

8. PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

Promotoria de Justiça de Cedro de São João

Portaria de instauração de Procedimento Administrativo





PORTARIA N.º 03/2019

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 37.18.01.0055

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE, por seu Promotor de Justiça em atuação na Promotoria de Justiça de Cedro de São João, no uso de suas atribuições legais, com base nos arts. 127 e 129, ambos da Constituição Federal; na Constituição do Estado de Sergipe; na Lei nº 8.625/93 - Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, na Lei nº 7.347/85, na Lei Complementar Estadual nº 02/90, na Resolução nº 174/2017-CNMP e na Resolução nº 008/2015-CPJ e demais diplomas legislativos pertinentes à espécie, e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público zelar pela "defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis" (art. 127 da Constituição Federal e art. 1º da Lei nº 8.625/93);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público "zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia" (art. 129, inc. II, da Constituição Federal, e art. 4º, inc. II, da Lei Complementar Estadual nº 02/90);

CONSIDERANDO a publicação da Resolução nº 174/2017-CNMP, em 04 de julho de 2017, trazendo inovações relacionadas à instauração e à tramitação da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo no âmbito do Ministério Público;

CONSIDERANDO que a publicação da Resolução nº 174/2017-CNMP ensejou a edição da Resolução nº 024/2017-CPJ, que modificou dispositivos da Resolução nº 008/2015-CPJ, principal instrumento normativo interno disciplinador da tramitação dos procedimentos extrajudiciais cíveis no âmbito do MPSE;

CONSIDERANDO que o art. 42, inciso III, da Resolução nº 008/2015-CPJ, consigna que o procedimento administrativo é instrumento próprio da atividade-fim desta instituição, destinado a apurar fato que enseje a tutela de interesses individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que o parágrafo único do art. 42, da Resolução nº 008/2015-CPJ, assevera que o procedimento administrativo não tem caráter de investigação cível ou criminal de determinada pessoa, em função de um ilícito específico;

CONSIDERANDO que o art. 9º, da Resolução nº 008/2015-CPJ, assevera que o procedimento administrativo será instaurado por portaria sucinta, com delimitação de seu objeto, aplicando-se, no que couber, o princípio da publicidade dos atos, previsto para o inquérito civil;

CONSIDERANDO a denúncia nº 1031436 - disque 100, relatando que adolescente de prenome L. estaria conduzindo motocicleta pelas ruas do Município de Malhada dos Bois/SE sem possuir CNH;

RESOLVE, por tais razões, instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO com o objetivo de apurar fato que enseje a tutela de interesse individual indisponível, promovendo as diligências necessárias, nos termos da lei, determinando, de logo, o que se segue:

I - Registre-se e autue-se a presente Portaria e demais documentos por ordem cronológica;

II - Publique-se esta Portaria no diário oficial eletrônico do Ministério Público de Sergipe;

III - Nomeio para secretariar o presente feito o servidor do Ministério Público, João Paulo Santos Bispo, matrícula 1927;

IV - Notifiquem-se o adolescente L., seus avós Beto e Maria José dos Santos Brito e um representante do Conselho Tutelar de Malhada dos Bois/SE para comparecerem à audiência nesta Promotoria no dia 20/02/2019, às 08:30hs.;

CUMPRA-SE.

Cedro de São João/SE, 06 de fevereiro de 2019.

Leydson Gadelha Moreira

Promotor de Justiça

**Promotoria de Justiça Distrital - São Cristóvão****Portaria de instauração de Procedimento Preparatório de Inquérito Civil**

PORTARIA N.º 007/2019

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE, por intermédio da Promotora de Justiça que ao final assina, no uso de suas atribuições legais previstas nos arts. 127 e 128, incisos III, IV e VIII da Constituição Federal, art. 118, incisos III e V e § 1º, alínea "a", da Constituição Estadual, arts. 39, inciso X, e 44, incisos IV e X, alínea "a", da Lei Complementar Nº 02, de 12 de novembro de 1990, resolve baixar a presente PORTARIA e em consequência instaurar PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INQUÉRITO CIVIL, com fundamento ainda no art. 8º, § 1º, da Lei 7.347, de 24 de julho de 1985, pelos motivos abaixo alinhados:

O PGJ encaminhou notícias veiculadas nos meios de comunicações relatando que, no Relatório de Segurança de Barragens, divulgado pela Agência Nacional de Águas (ANA), a Barragem do Rio Poxim foi indicada pelos fiscalizadores com algum comprometimento estrutural importante.

Como é dever do Ministério Público proteger o Meio Ambiente Natural, Artificial e Cultural, além de outros interesses difusos e coletivos, resolve o Parquet instaurar Procedimento Preparatório de Inquérito Civil e, para tanto, resolve ainda:

1. Nomear para funcionar como escrivã do feito Darly Giulia Santos Andrade, servidora pública, que deverá prestar compromisso legal e, logo em seguida, tomar as providências atinentes a sua função.
2. Inquirir, se necessário, todos os cidadãos que possam esclarecer os fatos objetos desta apuração.
3. Nomear peritos, se necessário.
4. Requisitar a qualquer entidade privada ou pública federal, estadual ou municipal da administração direta ou indireta, informações, documentos e perícias que possam servir de subsídio ou esclarecimento dos fatos denunciados.
5. Acostar ao Procedimento Preparatório de Inquérito Civil toda a documentação encaminhada a esta Promotoria de Justiça.
6. Publicar cópia no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público de Sergipe nos termos do art. 9 da Resolução n.º 008/2015 - CPJ.
7. Adotadas as diligências delineadas, voltem-me os autos conclusos para posterior deliberação.

Autuada. Publique-se. Cumpra-se.

São Cristóvão, 07 de fevereiro de 2019.

Lenilde Nascimento Araújo
Promotora de Justiça

1ª Promotoria de Justiça - Socorro**Portaria de instauração de Procedimento Administrativo**

PORTARIA n.º 08/2019

O Ministério Público do Estado de Sergipe, aos 07 dias de fevereiro de 2019., por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Nossa Senhora do Socorro, instaurou o Procedimento Administrativo, tombado no sistema PROEJ sob o nº 59.19.01.0012, tendo por objeto recebimento de vídeo nesta Promotoria de Justiça de uma adolescente fazendo uso de bebida alcoólica;

Nossa Senhora do Socorro, 07 dias de fevereiro de 2019.



Luís Fausto Dias de Valois Santos

Promotor de Justiça

1ª Promotoria de Justiça - Socorro

Portaria de instauração de Procedimento Administrativo

PORTARIA n.º 03/2019

O Ministério Público do Estado de Sergipe, aos 08 dias de fevereiro de 2019., por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Nossa Senhora do Socorro, instaurou o Procedimento Administrativo, tombado no sistema PROEJ sob o nº 59.19.01.0007, tendo por objeto a possível situação de risco ou vulnerabilidade do sr. José Osvaldo Teles Dias;

Nossa Senhora do Socorro, 08 dias de fevereiro de 2019.

Luís Fausto Dias de Valois Santos

Promotor de Justiça

1ª Promotoria de Justiça - Socorro

Portaria de instauração de Procedimento Administrativo

PORTARIA n.º 157/2018

O Ministério Público do Estado de Sergipe, aos 19 dias de dezembro de 2018, por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Nossa Senhora do Socorro, instaurou o Procedimento Administrativo, tombado no sistema PROEJ sob o nº 59.18.01.0181, tendo por objeto a necessidade de apurar denúncia do Jornal Socorrense sobre possível situação de risco e vulnerabilidade do idoso Carlos Reis

Nossa Senhora do Socorro, 19 dias de dezembro de 2018.

Luís Fausto Dias de Valois Santos

Promotor de Justiça

1ª Promotoria de Justiça - Socorro

Portaria de instauração de Procedimento Administrativo

PORTARIA n.º 07/2019

O Ministério Público do Estado de Sergipe, aos 08 dias de fevereiro de 2019., por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Nossa Senhora do Socorro, instaurou o Procedimento Administrativo, tombado no sistema PROEJ sob o nº 59.18.01.0138, tendo por objeto a possível situação de risco das pessoas em desenvolvimento, conforme relatório do Conselho tutelar de Aracaju.

Nossa Senhora do Socorro, 08 dias de fevereiro de 2019.





Luís Fausto Dias de Valois Santos

Promotor de Justiça

9. CENTROS DE APOIO OPERACIONAL - CAOP'S

(Não houve atos para publicação)

10. ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

(Não houve atos para publicação)

11. SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO/DIRETORIAS

Diretoria de Recursos Humanos

Portarias de Comissões de Trabalho - Servidores, Remuneradas e Não Remuneradas

Portaria nº 215/2019, de 06 de fevereiro de 2019, que designou servidores para compor comissão de elaboração da prestação de contas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Sergipe.

Aracaju, 06 de fevereiro de 2019.

Maria Helena Moreira Sanches Lisboa

Secretária-Geral do Ministério Público

Diretoria de Recursos Humanos

EXTRATO DE ATOS ADMINISTRATIVOS

Termo de Convênio datado de 29 de janeiro de 2019, que cedeu Rosélia Alves da Silva Malta, da Prefeitura Municipal de Neópolis/SE, para o Ministério Público do Estado de Sergipe, com ônus para o órgão de origem, pelo período de 01/03/2019 a 28/02/2020.

Aracaju, 08 de fevereiro de 2019.

Maria Helena Moreira Sanches Lisboa

Secretária-Geral do Ministério Público



**Diretoria de Recursos Humanos****EXTRATO DE ATOS ADMINISTRATIVOS**

Termo de Convênio datado de 31 de janeiro de 2019, que cedeu Adriana dos Santos Oliveira, da Prefeitura Municipal de Maruim/SE, para o Ministério Público do Estado de Sergipe, com ônus para o órgão de origem, pelo período de 01/04/2019 a 30/03/2020.

Termo de Convênio datado de 31 de janeiro de 2019, que cedeu Adriano Santos de Oliveira, da Prefeitura Municipal de Porto da Folha/SE, para o Ministério Público do Estado de Sergipe, com ônus para o órgão de origem, pelo período de 01/04/2019 a 30/03/2020.

Termo de Convênio datado de 31 de janeiro de 2019, que cedeu Ana Soares de Souza, da Prefeitura Municipal de Itabaianinha/SE, para o Ministério Público do Estado de Sergipe, com ônus para o órgão de origem, pelo período de 01/04/2019 a 30/03/2020.

Termo de Convênio datado de 31 de janeiro de 2019, que cedeu Celia Regina Santos Andrade, da Prefeitura Municipal de Canhoba/SE, para o Ministério Público do Estado de Sergipe, com ônus para o órgão de origem, pelo período de 01/04/2019 a 30/03/2020.

Termo de Convênio datado de 31 de janeiro de 2019, que cedeu Edilenilza da Silva Souza Macedo, da Prefeitura Municipal de Boquim/SE, para o Ministério Público do Estado de Sergipe, com ônus para o órgão de origem, pelo período de 01/04/2019 a 30/03/2020.

Termo de Convênio datado de 31 de janeiro de 2019, que cedeu Gilvânia Andrade, da Prefeitura Municipal de Ribeirópolis/SE, para o Ministério Público do Estado de Sergipe, com ônus para o órgão de origem, pelo período de 01/04/2019 a 30/03/2020.

Termo de Convênio datado de 31 de janeiro de 2019, que cedeu Idiberto Borges da Silva, da Prefeitura Municipal de Brejo Grande/SE, para o Ministério Público do Estado de Sergipe, com ônus para o órgão de origem, pelo período de 01/04/2019 a 30/03/2020.

Termo de Convênio datado de 31 de janeiro de 2019, que cedeu Márcia Valnice Rodrigues Lima, da Prefeitura Municipal de Carmópolis/SE, para o Ministério Público do Estado de Sergipe, com ônus para o órgão de origem, pelo período de 01/04/2019 a 30/03/2020.

Termo de Convênio datado de 31 de janeiro de 2019, que cedeu Maria José do Nascimento Rocha, da Prefeitura Municipal de Tomar do Geru/SE, para o Ministério Público do Estado de Sergipe, com ônus para o órgão de origem, pelo período de 01/04/2019 a 30/03/2020.

Termo de Convênio datado de 31 de janeiro de 2019, que cedeu Maria Suzana Amado Reis Andrade, da Prefeitura Municipal de Tobias Barreto/SE, para o Ministério Público do Estado de Sergipe, com ônus para o órgão de origem, pelo período de 01/04/2019 a 30/03/2020.

Termo de Convênio datado de 31 de janeiro de 2019, que cedeu Rosa Soares dos Santos Cardoso, da Prefeitura Municipal de Simão Dias/SE, para o Ministério Público do Estado de Sergipe, com ônus para o órgão de origem, pelo período de 01/04/2019 a 30/03/2020.

Termo de Convênio datado de 31 de janeiro de 2019, que cedeu Terezinha Cristina Santana Sales, da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora da Glória/SE, para o Ministério Público do Estado de Sergipe, com ônus para o órgão de origem, pelo período de 01/04/2019 a 30/03/2020.

Termo de Convênio datado de 31 de janeiro de 2019, que cedeu Veronica Pereira da Cruz, da Prefeitura Municipal de Frei Paulo/SE, para o Ministério Público do Estado de Sergipe, com ônus para o órgão de origem, pelo período de 01/04/2019 a 30/03/2020.



Termo de Convênio datado de 31 de janeiro de 2019, que cedeu Anderson Nascimento, da Prefeitura Municipal de Japaratuba/SE, para o Ministério Público do Estado de Sergipe, com ônus para o órgão de origem, pelo período de 01/04/2019 a 30/03/2020.

Termo de Convênio datado de 31 de janeiro de 2019, que cedeu Eliane Carneiro Franco, da Prefeitura Municipal de Riachuelo/SE, para o Ministério Público do Estado de Sergipe, com ônus para o órgão de origem, pelo período de 01/04/2019 a 30/03/2020.

Termo de Convênio datado de 31 de janeiro de 2019, que cedeu Anna Carla Andrade da Silva, da Prefeitura Municipal de Moita Bonita/SE, para o Ministério Público do Estado de Sergipe, sem ônus para o órgão de origem, pelo período de 10/04/2019 a 08/04/2020.

Aracaju, 08 de fevereiro de 2019.

Maria Helena Moreira Sanches Lisboa

Secretária-Geral do Ministério Público

Diretoria de Recursos Humanos

EXTRATO DE ATOS ADMINISTRATIVOS

Portaria nº 186/19, de 04 de fevereiro de 2019, que designa servidores para gerir e fiscalizar o Contrato 002/2019 firmado entre o Ministério Público de Sergipe e a empresa HUMFRIL COMÉRCIO E SERVIÇOS - EPP.

Aracaju, 08 de fevereiro de 2019.

Maria Helena Moreira Sanches Lisboa

Secretária-Geral do Ministério Público
